



8ª REUNIÃO DOS REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E DOS COORDENADORES
DOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

RELATÓRIO CONSOLIDADO

DA REGIÃO SUDESTE

Contribuições das Instituições de Ensino Superior e
Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação
para o aprimoramento dos Programas Institucionais
de Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq



RELATÓRIO CONSOLIDADO DA REGIÃO SUDESTE

Documento elaborado no âmbito das atividades preparatórias da 8ª
Reunião dos Representantes Institucionais de Iniciação Científica
(RICs) e dos Coordenadores dos Programas Institucionais de
Iniciação Científica e Tecnológica do Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

PROMOÇÃO E COORDENAÇÃO NACIONAL

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

COORDENAÇÃO REGIONAL

Prof. Dr. Reginaldo Barboza da Silva – Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)

Coordenador

Prof. Dr. Wagner Ricardo Montor – Faculdade de Ciências Médicas da
Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP)

Vice-coordenador



São Paulo
2026

marstockphoto

RELATÓRIO CONSOLIDADO DA REGIÃO SUDESTE

EXPEDIENTE

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq

Prof. Olival Freire Junior
Presidente

COORDENAÇÃO NACIONAL

Lucimar Batista de Almeida
Coordenação de Programas Acadêmicos
CNPq
copad@cnpq.br

COORDENAÇÃO REGIÃO SUDESTE

Prof. Reginaldo Barboza da Silva
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
reginaldo.barboza@unesp.br

Prof. Wagner Ricardo Montor
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP)
wagner.montor@fcmsantacasasp.edu.br

EQUIPE TÉCNICA

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Alexandra Tulani Oranian Lourenço de Barros
Rubia Fernanda Panegassi dos Santos

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP)
Alexander dos Santos
Paola Rossi Mezalira

COORDENAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Grupo 1

Profa. Karina Braga Gomes (UFMG) – **Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

Grupo 2

Prof. Dr. Fábio Aquino da Silva – **Universidade Federal Fluminense (UFF)**

Grupo 3

Profa. Dra. Marlise Inêz Klein Furlan – **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)**

Profa. Márcia de Oliveira Teixeira – **Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)**

Grupo 4

Prof. José Paulo Florenzano – **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)**

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	2
2 METODOLOGIA	4
3 PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL E DIAGNÓSTICO INICIAL	7
4 DISCUSSÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA PORTARIA CNPQ Nº 2.539/2025	9
4.1 Gestão Institucional e Desenvolvimento dos Programas	10
4.2 Comitê Externo e Processo de Seleção	13
4.3 Avaliação, Acompanhamento e Resultados dos Programas	14
4.4 Orientadores, Bolsistas e Condução das Pesquisas	16
5 BOAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS	17
5.1 Modernização da gestão e transformação digital	18
5.2 Internacionalização, mobilidade acadêmica e ampliação das oportunidades de formação	20
5.3 Inclusão, equidade e formação de recursos humanos	22
5.4 Gestão baseada em evidências e cooperação institucional	24
5.5 Síntese das experiências compartilhadas	25
5.6 Síntese das boas práticas	26
5.6.1 Inclusão, diversidade e ações afirmativas	26
5.6.2 Formação e valorização da pesquisa	26
5.6.3 Internacionalização	27
5.6.4 Inovação e empreendedorismo	27
5.6.5 Avaliação e acompanhamento	27
5.6.6 Impacto social e sustentabilidade	27
6 TEMAS ESTRATÉGICOS EMERGENTES	27
7 RECOMENDAÇÕES DA REGIÃO SUDESTE	28
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
ANEXO I - INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DOS TRABALHOS DA REGIÃO SUDESTE	
ANEXO II – ATA DA 1ª REUNIÃO DE TRABALHO (03/06/2026)	
ANEXO III – ATA DA 2ª REUNIÃO DE TRABALHO (17/06/2026)	
ANEXO IV – ATA DA 3ª REUNIÃO DE TRABALHO (22/07/2026)	

1 APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desempenha papel estratégico na formulação e no fortalecimento das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Entre suas iniciativas voltadas à formação de recursos humanos para pesquisa, destacam-se os Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica, que promovem a inserção de estudantes de graduação e do ensino médio em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a formação de novos pesquisadores, para a difusão da cultura científica e para a aproximação entre ensino, pesquisa, inovação e sociedade.

Com o objetivo de promover o aprimoramento contínuo desses Programas, o CNPq convocou, por meio do Ofício Circular nº 9/2026/PRE, a 8ª Reunião dos Representantes de Iniciação Científica (RIC) e dos Coordenadores dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC, PIBIC-Af, PIBITI e PIBIC-EM), realizada no contexto da comemoração dos 75 anos da Instituição. Como etapa preparatória aos debates nacionais, foram promovidas reuniões regionais destinadas à construção de relatórios consolidados que refletissem as experiências, os desafios e as proposições das instituições participantes, sobretudo diante da publicação da Portaria CNPq nº 2.539, de 17 de novembro de 2025

Na Região Sudeste, os trabalhos foram conduzidos pela coordenação regional, com acompanhamento da COPAD – Coordenação de Programas Acadêmicos do CNPq, por meio de uma metodologia colaborativa que reuniu representantes de Instituições de Ensino Superior (IES) e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) participantes dos Programas Institucionais. As atividades foram estruturadas de modo a assegurar ampla representatividade institucional, contemplando diferentes perfis de instituições, unidades da Federação, naturezas jurídicas e níveis de experiência na gestão dos Programas

Este relatório reúne os resultados desse processo colaborativo. Mais do que registrar as discussões realizadas, busca sistematizar os principais

consensos construídos, evidenciar as divergências de entendimento identificadas ao longo dos debates, apontar necessidades de esclarecimento e consolidar propostas de aperfeiçoamento consideradas relevantes pelas instituições participantes.

As análises e recomendações apresentadas refletem a diversidade de experiências da Região Sudeste e foram construídas a partir das contribuições obtidas por meio de formulários preparatórios, reuniões temáticas e relatórios elaborados pelos grupos de trabalho. Com caráter propositivo, o documento pretende contribuir para o aperfeiçoamento contínuo dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica, preservando seus objetivos e reconhecendo as diferentes realidades institucionais existentes na região, além de subsidiar os debates da 8ª Reunião Nacional dos Representantes de Iniciação Científica e dos Coordenadores dos Programas Institucionais do CNPq.

A versão ora apresentada foi apreciada e aprovada pelos representantes das instituições participantes da Região Sudeste durante a terceira reunião regional, realizada em 22 de julho de 2026, incorporando os ajustes deliberados em plenária.

2 METODOLOGIA

Em atendimento ao Ofício Circular do CNPq nº 9/2026/PRE, a Região Sudeste estruturou um processo colaborativo destinado à discussão e sistematização das contribuições das Instituições de Ensino Superior (IES) e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) participantes dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq. A metodologia adotada buscou assegurar ampla representatividade institucional, diversidade de perspectivas e participação ativa das instituições, de modo a produzir um relatório capaz de refletir os principais consensos, desafios e proposições da região.

A coordenação regional dos trabalhos ficou sob a responsabilidade do Prof. Dr. Reginaldo Barboza da Silva, Coordenador de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), e do Prof. Dr. Wagner Ricardo Montor, Pró-Reitor de Pesquisa e Desenvolvimento da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP), designados, respectivamente, como coordenador e vice-coordenador da Região Sudeste.

Participaram das atividades representantes institucionais e coordenadores dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica vinculados às instituições com diferentes perfis, abrangendo universidades federais, estaduais, municipais e privadas, centros universitários, institutos federais, institutos públicos de pesquisa, hospitais de ensino e demais ICTs dos quatro estados da Região Sudeste. Essa composição favoreceu o intercâmbio de experiências entre instituições com distintas estruturas organizacionais, áreas de atuação e níveis de consolidação dos Programas Institucionais, contribuindo para uma discussão abrangente e representativa da realidade regional.

Para favorecer o aprofundamento das discussões, as instituições participantes foram distribuídas em quatro grupos de trabalho, observando critérios de representatividade relacionados à unidade da Federação, à natureza institucional e ao tempo de participação nos Programas Institucionais.

Cada grupo foi responsável pela discussão de um conjunto específico de eixos temáticos e pela elaboração de um relatório circunstanciado, consolidando as principais contribuições apresentadas por seus integrantes.

Os trabalhos foram desenvolvidos entre os meses de maio e julho de 2026 e compreenderam diferentes etapas, desde o planejamento das atividades até a consolidação das contribuições regionais. Como instrumentos de apoio às discussões, foram utilizados formulários eletrônicos preparatórios, destinados ao levantamento do perfil das instituições participantes e à coleta prévia de informações relacionadas aos temas definidos para as reuniões de trabalho. A síntese da metodologia adotada é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Metodologia adotada para elaboração do Relatório Consolidado da Região Sudeste

Etapas	Período	Objetivo
Reunião de organização das atividades da Região Sudeste	04 de maio de 2026	Definição da coordenação regional, cronograma, metodologia e organização dos grupos de trabalho
Formulários preparatórios	Maio e junho de 2026	Levantamento do perfil das instituições participantes e coleta prévia de contribuições para subsidiar as discussões temáticas
1ª Reunião de Trabalho	03 de junho de 2026	Discussão da Portaria CNPq nº 2.539/2025, identificação de convergências, desafios e necessidades de esclarecimento
2ª Reunião de Trabalho	17 de junho de 2026	Compartilhamento de boas práticas institucionais e discussão de temas relacionados à gestão dos Programas Institucionais
Elaboração dos relatórios dos grupos	Junho e julho de 2026	Sistematização das discussões realizadas por cada grupo de trabalho, contemplando consensos, divergências, dificuldades, propostas e recomendações
Consolidação regional	Julho de 2026	Integração das contribuições dos grupos e elaboração da minuta do Relatório Consolidado da Região Sudeste
Reunião de validação	22 de julho de 2026	Discussão, aperfeiçoamento e aprovação do Relatório Consolidado pelos representantes das instituições participantes

Quadro 2 – Distribuição dos temas para discussão na 1ª Reunião de Trabalho

Grupo	Eixos temáticos
--------------	------------------------

Grupo 1	Gestão Institucional e Desenvolvimento dos Programas
Grupo 2	Comitês e Processo de Seleção
Grupo 3	Avaliação, Acompanhamento e Resultados dos Programas
Grupo 4	Orientadores, Bolsistas e Condução das Pesquisas

Quadro 3 – Coordenação dos Grupos de Trabalho da Região Sudeste

Grupo	Coordenação
Grupo 1	Profa. Karina Braga Gomes (UFMG)
Grupo 2	Prof. Fabio Aquino da Silva (UFF)
Grupo 3	Profa. Marlise Inêz Klein Furlan (Unicamp) e Profa. Dra. Márcia de Oliveira Teixeira (Fiocruz)
Grupo 4	Prof. José Paulo Florenzano (PUC/SP)

Os relatórios elaborados pelos grupos constituíram a principal fonte de informação para a elaboração deste documento. As contribuições foram analisadas e sistematizadas pela equipe técnica da coordenação regional, resultando em uma minuta do Relatório Consolidado construída a partir dos consensos, divergências, necessidades de esclarecimento e propostas de aperfeiçoamento identificados ao longo das reuniões. Essa minuta foi previamente compartilhada com os coordenadores e relatores dos grupos e, posteriormente, apresentada e apreciada em reunião plenária destinada à validação regional, oportunidade em que os representantes das instituições puderam propor ajustes, complementações e correções antes da aprovação coletiva da versão final.

As reuniões da Região Sudeste foram realizadas com o objetivo de promover a discussão coletiva entre os Representantes Institucionais de Iniciação Científica (RICs) e os Coordenadores dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica acerca da implementação da Portaria CNPq nº 2.539/2025, identificar desafios, oportunidades e boas práticas institucionais relacionadas aos programas PIBIC, PIBIC-Af, PIBITI e PIBIC-EM e construir, de forma colaborativa, um posicionamento regional representativo. O processo compreendeu a aplicação de formulários preparatórios, discussões em grupos temáticos, apresentação dos resultados em sessões plenárias, elaboração de

relatórios pelos grupos de trabalho e validação coletiva do Relatório Consolidado na terceira reunião regional.

3 PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL E DIAGNÓSTICO INICIAL

As atividades da Região Sudeste registraram ampla adesão das instituições participantes dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq, evidenciando o interesse coletivo em contribuir para o aperfeiçoamento desses Programas e para a construção de uma agenda regional representativa. A participação ativa das instituições ao longo de todas as etapas de trabalho, desde o preenchimento dos formulários preparatórios até as reuniões dos grupos de trabalho, a elaboração dos relatórios parciais e a apreciação da minuta deste Relatório Consolidado, fortaleceu a legitimidade das contribuições ora apresentadas.

O primeiro diagnóstico decorrente desse processo revelou a pluralidade institucional que caracteriza a Região Sudeste. As discussões reuniram universidades públicas e privadas, instituições comunitárias e filantrópicas, centros universitários, institutos federais de educação, institutos públicos de pesquisa, hospitais de ensino e outras Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs). Mais do que diferentes naturezas institucionais, o conjunto refletiu distintas formas de organização da pesquisa e da iniciação científica, expressas em diferentes portes, missões institucionais, estruturas de gestão e graus de institucionalização de suas políticas de pesquisa, inovação e formação de pesquisadores.

Essas diferenças refletem distintos níveis de maturidade na gestão da pesquisa e da iniciação científica. Enquanto algumas instituições dispõem de pró-reitorias consolidadas, equipes técnicas especializadas, sistemas informatizados de gestão, programas institucionais estruturados, mecanismos permanentes de avaliação, acompanhamento de egressos, indicadores de desempenho e iniciativas próprias de fomento, internacionalização e inovação, outras desenvolvem suas atividades com estruturas administrativas mais enxutas, menor disponibilidade de recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

Se, por um lado, o diagnóstico inicial evidenciou a pluralidade institucional da Região Sudeste, por outro, um dos primeiros aspectos a se destacar nas atividades preparatórias foi o compartilhamento de princípios e objetivos comuns entre instituições com perfis bastante distintos. Tornou-se evidente que, independentemente das diferenças de porte, estrutura administrativa e grau de institucionalização das políticas de pesquisa, as instituições compartilham uma visão convergente acerca do papel estratégico da iniciação científica e tecnológica. De forma praticamente unânime, reconheceram-na como política essencial para a formação de recursos humanos qualificados, o fortalecimento da pesquisa e a construção de pontes entre o ensino, a pesquisa, a inovação e a sociedade.

Longe de constituir um obstáculo, a heterogeneidade institucional revelou-se um dos principais ativos das atividades preparatórias. O diálogo entre instituições com diferentes perfis favoreceu a circulação de boas práticas, a identificação de soluções passíveis de adaptação a distintos contextos institucionais e o reconhecimento de desafios comuns, ainda que vivenciados em diferentes intensidades. Ao mesmo tempo, permitiu compreender que muitas das dificuldades enfrentadas na gestão dos programas decorrem das especificidades de cada instituição, exigindo soluções suficientemente flexíveis para contemplar a diversidade de realidades presentes na Região Sudeste.

Nesse contexto, os debates concentraram-se, principalmente, nos seguintes eixos temáticos:

- Governança e gestão dos Programas Institucionais;
- Composição e atuação dos Comitês Externos;
- Acompanhamento de egressos;
- Avaliação institucional;
- Participação de estudantes da educação a distância (EaD);
- Participação de bolsistas Microempreendedores Individuais (MEI) e sócios cotistas minoritários;
- Prorrogação de bolsas em situações especiais;
- Internacionalização;
- Inovação, empreendedorismo e propriedade intelectual;

- Articulação entre iniciação científica, iniciação tecnológica e pós-graduação.

Com o objetivo de assegurar equilíbrio e representatividade nas discussões, as instituições foram distribuídas em quatro grupos de trabalho, observando-se critérios relacionados à unidade da Federação, à natureza institucional e ao tempo de participação nos Programas Institucionais do CNPq. Essa organização promoveu o intercâmbio entre instituições com diferentes perfis e níveis de desenvolvimento institucional, ampliando as oportunidades de aprendizagem mútua e enriquecendo os debates a partir da pluralidade de experiências e perspectivas.

O diagnóstico inicial permitiu concluir, ainda, que a manutenção de espaços permanentes de diálogo entre os representantes institucionais constitui condição essencial para o fortalecimento da gestão da iniciação científica e tecnológica na Região Sudeste. Houve consenso quanto à relevância desses espaços como instrumentos de compartilhamento de experiências, esclarecimento de dúvidas, disseminação de boas práticas e construção coletiva de soluções para desafios comuns, reforçando a importância da continuidade dessa agenda de cooperação interinstitucional, com potencial para fortalecer o desenvolvimento científico nacional.

4 DISCUSSÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA PORTARIA CNPQ Nº 2.539/2025

A primeira reunião de trabalho da Região Sudeste foi integralmente dedicada à análise da Portaria CNPq nº 2.539/2025, reconhecida pelas instituições participantes como o principal marco normativo recente da Política Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica. A atualização da regulamentação, que sucedeu a Resolução Normativa nº 017/2006 após quase duas décadas de vigência, foi compreendida como uma oportunidade para modernizar a gestão dos Programas, incorporando diretrizes mais claras, definindo objetivos específicos para cada modalidade e contemplando

realidades institucionais que passaram a integrar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação ao longo desse período.

O reconhecimento desses avanços, entretanto, não afastou a necessidade de aprofundar a análise de seus reflexos sobre a gestão institucional dos Programas. Ao contrário, a própria amplitude das inovações introduzidas pela nova regulamentação motivou um exame detalhado de seus dispositivos, tanto para esclarecer aspectos interpretativos quanto para identificar desafios relacionados à sua implementação nas diferentes realidades institucionais da Região Sudeste. As subseções a seguir apresentam as principais contribuições e recomendações formuladas pelos grupos a partir desse processo de análise.

4.1 Gestão Institucional e Desenvolvimento dos Programas

O Grupo 1 aprofundou a análise das implicações da diretriz estabelecida pela Portaria CNPq nº 2.539/2025, segundo a qual a política institucional de iniciação científica e tecnológica deve estar articulada às políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação. As discussões evidenciaram que a implementação dessa diretriz demandará esforços institucionais de organização e integração administrativa, considerando a diversidade de estruturas existentes entre as instituições participantes. Em parte delas, essa articulação já encontra suporte em estruturas organizacionais consolidadas. Em outras, entretanto, a inexistência de programas de pós-graduação *stricto sensu* ou de unidades administrativas específicas para pesquisa e/ou inovação exigirá a construção de arranjos institucionais compatíveis com sua realidade. Mesmo nas instituições em que essas estruturas já se encontram estabelecidas, reconheceu-se que a integração entre essas áreas constitui um processo em desenvolvimento, uma vez que, historicamente, suas políticas e rotinas de gestão evoluíram de forma relativamente independente. Nesse contexto, o Grupo destacou que a implementação dessa diretriz deverá considerar a diversidade de modelos organizacionais das Instituições de Ensino Superior (IES) e das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), de modo a compatibilizar a integração prevista na Portaria com as especificidades institucionais.

No que se refere ao Representante de Iniciação Científica (RIC), os participantes manifestaram apoio à manutenção da função e propuseram que sua designação permaneça sob responsabilidade do dirigente máximo da instituição, sendo admitida, a depender de sua estrutura organizacional, a desobrigatoriedade de vinculação do cargo à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. A proposta decorre do reconhecimento de que parte das Instituições de Ensino Superior (IES) e das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) participantes não dispõe dessa estrutura administrativa, embora possua unidades ou agentes institucionais responsáveis pela gestão da iniciação científica e tecnológica.

No âmbito do PIBIC-EM, as discussões abordaram aspectos relacionados às parcerias com escolas e à participação de professores da educação básica. Entre os principais pontos debatidos estiveram a possibilidade de ampliação do público elegível do Programa, de modo a contemplar estudantes de escolas particulares e de cursos técnicos subsequentes, bem como a flexibilização da exigência de parcerias previamente formalizadas para a renovação de cotas. Quanto à inclusão de estudantes de escolas particulares, foram apresentadas ponderações pelos participantes, não se verificando consenso acerca da matéria.

Quando as discussões do Grupo 1 retornaram à plenária de trabalho, ficou evidente o reconhecimento, pelas instituições participantes, da relevância social do PIBIC-EM como política pública de aproximação entre a educação básica e a universidade. Como exemplo dos impactos que o Programa pode produzir, destaca-se a experiência da **Unesp**, que no acompanhamento dos egressos do ciclo 2023/2024 do PIBIC-EM identificou o ingresso de 106 desses estudantes em cursos de graduação da Universidade em 2025. Esse resultado evidencia o potencial do Programa para estimular a continuidade da trajetória acadêmica e ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior.

No que se refere ao PIBITI, as discussões ressaltaram os avanços promovidos pela Portaria CNPq nº 2.539/2025 ao conferir maior clareza aos objetivos e à identidade do Programa, reforçando sua vocação para o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o empreendedorismo. Embora as

mudanças possam representar um período de adaptação para algumas instituições, os participantes reconheceram que esse processo é inerente ao aperfeiçoamento dos Programas. Nesse sentido, destacou-se que, em boa parte das instituições participantes, os processos seletivos referentes ao ciclo 2026/2027 já refletem as diretrizes instituídas pela nova Portaria, evidenciando o esforço institucional para adequar seus editais e procedimentos às novas orientações do CNPq. Diversas instituições compartilharam experiências relacionadas à aproximação entre universidades, institutos de pesquisa, empresas e ambientes de inovação, bem como iniciativas destinadas a estimular a cultura empreendedora e a proteção da propriedade intelectual. As discussões também evidenciaram a importância de que os processos de avaliação considerem as especificidades do Programa, valorizando resultados compatíveis com seus objetivos e com os diferentes níveis de maturidade tecnológica das pesquisas desenvolvidas.

A análise dos dispositivos da Portaria CNPq nº 2.539/2025 relacionados à operacionalização dos Programas por meio da Plataforma Integrada Carlos Chagas (PICC) e do Cadastro de Iniciação Científica (CADI) também suscitou discussões acerca do aperfeiçoamento dessas ferramentas, consideradas essenciais para a gestão institucional dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica. A partir da experiência acumulada pelas instituições na utilização desses sistemas, os participantes identificaram oportunidades de modernização voltadas à simplificação de procedimentos administrativos, ao fortalecimento da transparência, à redução de inconsistências operacionais e ao aumento da eficiência da gestão institucional.

Nesse contexto, foram apresentadas as seguintes sugestões de aprimoramento:

- disponibilização de consulta ao histórico institucional de bolsistas;
- implementação de funcionalidade para indicação de bolsistas em lote, mediante importação de planilhas eletrônicas;
- incorporação de mecanismos automáticos de validação de inconsistências cadastrais; e

- disponibilização da distribuição das cotas de bolsas, com informações sobre o quantitativo global e sua alocação entre as instituições participantes.

Por fim, o Grupo 1 destacou a importância de preservar a flexibilidade do PIBIC para atender às diferentes realidades e modelos institucionais existentes na Região Sudeste, reconhecendo desafios relacionados à captação e à disponibilidade de avaliadores internos e externos. Como estratégia para enfrentar essa dificuldade, foram propostas ações de cooperação interinstitucional, incluindo o intercâmbio de avaliadores e a criação de bancos regionais de pareceristas, visando fortalecer os processos de avaliação e ampliar a imparcialidade das análises. Também foi sugerida a valorização da atuação de avaliadores externos nos critérios de concessão de Bolsas de Produtividade, como forma de incentivar a participação desses especialistas. Além disso, o grupo evidenciou a consolidação de políticas voltadas à valorização das mães pesquisadoras e ao enfrentamento das desigualdades de gênero, por meio de mecanismos de reconhecimento e apoio à trajetória acadêmica das mulheres na pesquisa.

4.2 Comitê Externo e Processo de Seleção

Ao assumir a discussão dos dispositivos da Portaria CNPq nº 2.539/2025 relacionados à composição e ao funcionamento do Comitê Externo, o Grupo 2 dedicou-se à análise de um dos temas que suscitou maiores discussões entre as instituições participantes. As discussões evidenciaram dificuldades relacionadas à execução dos critérios estabelecidos pela Portaria para a composição dos Comitês Externos. Houve consenso quanto à dificuldade de cumprir a renovação obrigatória de 25% dos consultores externos a cada ciclo e de assegurar a participação predominante de pesquisadores bolsistas PQ e DT.

Também foram apresentadas contribuições voltadas ao aperfeiçoamento dos instrumentos e procedimentos relacionados à atuação dos Comitês Externos, incluindo a atualização dos formulários utilizados pelo CNPq e a disponibilização, às instituições, dos relatórios elaborados pelos Comitês

Externos ao término de cada ciclo de avaliação. As instituições ressaltaram que o acesso a esses relatórios poderá contribuir para o aprimoramento contínuo da gestão institucional dos Programas e para o fortalecimento do diálogo entre o CNPq e as instituições participantes.

Em paralelo, durante o acompanhamento dos trabalhos dos grupos, Lucimar Almeida, da Coordenação de Programas Acadêmicos e de Difusão Científica (COPAD/CNPq), informou que o CNPq já vem discutindo internamente a modernização desses procedimentos, sinalizando que as contribuições apresentadas no âmbito da Reunião Regional dialogam com iniciativas de aperfeiçoamento já em curso na Agência.

Outro ponto relevante foi a defesa de maior atuação do CNPq na mediação e incentivo à participação de pesquisadores PQ e DT nos processos avaliativos, especialmente em áreas com reduzida disponibilidade de pareceristas. Ademais, foram discutidas as assimetrias estruturais existentes entre o modelo das universidades e o dos institutos de pesquisa.

Um dos pontos de maior consenso foi a necessidade de fortalecer a colaboração entre as instituições participantes dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica, de modo a facilitar a composição dos Comitês Externos e fortalecer o intercâmbio entre instituições da mesma região e também entre diferentes regiões do país. A criação de mecanismos de aproximação entre as instituições, destinados a facilitar a comunicação e a colaboração interinstitucional, recebeu amplo apoio dos participantes, refletindo a percepção positiva das oportunidades de encontro proporcionadas pelas discussões da Portaria CNPq nº 2.539/2025.

4.3 Avaliação, Acompanhamento e Resultados dos Programas

O Grupo 3 concentrou suas discussões em três eixos principais: avaliação dos programas de iniciação científica e tecnológica, acompanhamento de egressos e produção de indicadores e boas práticas de avaliação. As discussões evidenciaram a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento e avaliação dos Programas, com especial atenção à mensuração de seus impactos e ao fortalecimento da produção de

indicadores nacionais. Nesse contexto, destacou-se a importância de estruturar instrumentos capazes de acompanhar a trajetória dos bolsistas para além do período de vigência das bolsas, subsidiando o aperfeiçoamento contínuo das políticas de iniciação científica e tecnológica.

O acompanhamento de egressos constituiu um dos principais temas debatidos pelo Grupo 3. As instituições relataram dificuldades para monitorar a trajetória acadêmica e profissional dos ex-bolsistas, atribuídas à ausência de sistemas consolidados, à fragmentação das bases de dados e à limitada capacidade de geração de indicadores. Esse diagnóstico mostrou-se convergente com os resultados do questionário aplicado previamente às instituições participantes, no qual 56% informaram que os mecanismos de acompanhamento da trajetória acadêmica e profissional dos egressos, previstos no art. 22, inciso V, da Portaria CNPq nº 2.539/2025, encontram-se em implementação, mas ainda demandam adequações operacionais, enquanto outras 15,4% indicaram a necessidade de reformulação de políticas institucionais. Diante desse cenário, ganhou destaque a proposta de criação de um sistema nacional de acompanhamento de egressos, integrado a plataformas governamentais e acadêmicas, capaz de produzir indicadores consistentes sobre os impactos dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica.

As discussões também evidenciaram a importância de fortalecer os mecanismos institucionais de acompanhamento e avaliação dos Programas, de modo a produzir indicadores mais consistentes sobre seus resultados e impactos. Essa percepção mostrou-se convergente com os resultados do questionário aplicado previamente às instituições participantes, no qual 41,8% relataram que seus mecanismos institucionais de acompanhamento e avaliação dos Programas, previstos nos arts. 11, inciso X, e 18 a 21 da Portaria CNPq nº 2.539/2025, ainda demandam adequações operacionais, reformulação de políticas institucionais ou enfrentam desafios relevantes para sua consolidação.

4.4 Orientadores, Bolsistas e Condução das Pesquisas

As discussões do Grupo 4 permitiram aprofundar questões relacionadas à execução cotidiana dos programas.

Sobre a apresentação oral em outro idioma, houve consenso pela manutenção do português como idioma principal das apresentações científicas, com incentivo ao uso de línguas estrangeiras em contextos vinculados às políticas institucionais de internacionalização ou em eventos internacionais, sem caráter obrigatório. De um modo geral, as instituições de ensino superior representadas no Grupo 4 têm procurado implementar o incentivo à apresentação oral em outros idiomas. Uma sugestão, nesse sentido, consiste em ampliar a oferta de cursos de outros idiomas nas IES, bem como de disciplinas ministradas de forma bilíngue, tendo em vista assegurar ao corpo discente a participação no processo de internacionalização do ensino e pesquisa.

Quanto à exigência de produção científica do orientador nos últimos cinco anos, prevaleceu o entendimento de que o período atualmente previsto é adequado, pois respeita diferenças entre áreas do conhecimento, especialmente aquelas cujo processo editorial é mais longo.

Também foi registrada ampla convergência quanto à legitimidade das modalidades de orientação presencial, híbrida e remota, bem como à plena participação de estudantes da modalidade EaD nos programas de iniciação científica e tecnológica, desde que sejam mantidos mecanismos formais de registro e acompanhamento das atividades.

Em relação à prorrogação das bolsas, houve apoio unânime às extensões por maternidade, paternidade, adoção e questões de saúde. Contudo, os participantes ressaltaram a necessidade de maior clareza normativa quanto à operacionalização dessa medida, especialmente em relação aos procedimentos para solicitação da prorrogação, sua execução financeira, os impactos sobre os ciclos de concessão de bolsas, as responsabilidades institucionais decorrentes de sua implementação e a definição das situações classificadas como "força maior".

Os participantes também apontaram necessidade de orientação mais específica sobre:

- comprovação da inexistência de remuneração para bolsistas MEI ou sócios cotistas minoritários;
- possibilidade de acúmulo com bolsas de caráter reparatório ou afirmativo;
- operacionalização da mobilidade acadêmica nacional e internacional durante a vigência da bolsa.

5 BOAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

As discussões realizadas ao longo das reuniões preparatórias evidenciaram que as instituições da Região Sudeste vêm desenvolvendo iniciativas capazes de qualificar significativamente a gestão, a avaliação e a execução dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica. As experiências compartilhadas por universidades públicas, privadas e institutos federais revelam elevado grau de maturidade institucional e demonstram que desafios comuns à gestão da Iniciação Científica vêm sendo enfrentados por meio de soluções inovadoras, frequentemente passíveis de adaptação por instituições com diferentes perfis, portes e estruturas organizacionais.

Embora concebidas em contextos institucionais distintos, as práticas apresentadas convergem para objetivos comuns, como a profissionalização da gestão, o fortalecimento da formação científica, a ampliação da cooperação interinstitucional, a diversificação das fontes de financiamento, o aperfeiçoamento dos processos avaliativos e a produção de evidências para subsidiar a tomada de decisões. Em conjunto, essas iniciativas demonstram que o aperfeiçoamento dos Programas não depende exclusivamente de alterações na regulamentação nacional ou da ampliação do financiamento, mas também da capacidade das instituições de desenvolver soluções organizacionais, administrativas e acadêmicas aderentes às suas realidades.

Nesse contexto, destacaram-se experiências relacionadas à transformação digital da gestão, à sustentabilidade institucional, à

internacionalização, à mobilidade acadêmica, à promoção da inclusão e da equidade, ao fortalecimento da avaliação por pares, ao monitoramento de egressos, à produção de indicadores institucionais e ao compartilhamento sistemático de boas práticas entre coordenadores e instituições participantes dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica.

5.1 Modernização da gestão e transformação digital

A modernização dos processos administrativos constituiu um dos principais eixos das experiências compartilhadas pelas instituições participantes. As discussões evidenciaram que a transformação digital deixou de representar apenas um mecanismo de apoio operacional, consolidando-se como elemento estratégico para o fortalecimento da gestão institucional dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica. Nesse contexto, foram apresentadas iniciativas voltadas à informatização de processos, integração de sistemas, racionalização de fluxos administrativos, fortalecimento da comunicação institucional e desenvolvimento de soluções tecnológicas capazes de ampliar a eficiência administrativa, a transparência, a rastreabilidade dos procedimentos e a segurança das informações.

Entre as experiências compartilhadas, destacou-se a iniciativa da **Universidade São Francisco (USF)**, que apresentou uma das mais abrangentes estratégias de transformação digital da gestão da Iniciação Científica. Após perder integralmente seu acervo físico em decorrência de uma enchente, a instituição promoveu a completa reestruturação de seus fluxos administrativos em ambiente digital, implantando plataforma própria para gerenciamento eletrônico das atividades dos Programas. A iniciativa possibilitou a virtualização integral dos processos administrativos, a realização de eventos híbridos e remotos, a ampliação da participação de pesquisadores bolsistas de produtividade (PQ/DT) nas atividades institucionais e a integração das Oficinas de Planejamento da Iniciação Científica à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Também foram apresentadas experiências relacionadas à unificação dos editais de PIBIC, PIBITI e extensão, reduzindo a duplicidade de procedimentos administrativos e racionalizando a gestão institucional, bem como a valorização da atuação dos servidores técnico-administrativos por meio

da denominada "apostila do técnico", instrumento institucional destinado ao reconhecimento formal de sua participação na gestão dos Programas.

Também foram compartilhadas experiências voltadas ao desenvolvimento e à utilização de sistemas institucionais para o gerenciamento das diferentes etapas da Iniciação Científica. A **Universidade Presbiteriana Mackenzie** apresentou sua experiência com a operacionalização do processo por meio da ferramenta REDCap, destacando os resultados positivos obtidos com a automatização, especialmente quanto à agilidade, ao gerenciamento e ao controle do processo. Na mesma linha, a **Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP)** relatou a adoção do sistema REDCap para o gerenciamento dos processos relacionados aos programas de Iniciação Científica, Tecnológica e Pesquisa em Extensão, desde a submissão dos projetos em edital unificado até a entrega de relatórios e a avaliação por comitês internos e externos. As experiências compartilhadas evidenciaram o potencial de utilização de plataformas adaptáveis às necessidades institucionais para qualificar a gestão dos programas de Iniciação Científica e Tecnológica.

Além da transformação digital, diversas instituições relataram iniciativas voltadas ao fortalecimento da comunicação institucional, incluindo a reformulação de páginas eletrônicas, a elaboração de manuais e materiais orientativos destinados a orientadores, estudantes e pareceristas, a realização de reuniões periódicas de alinhamento, a divulgação sistemática dos editais e a utilização de diferentes canais institucionais para ampliar a transparência das ações desenvolvidas. Essas experiências evidenciam que a modernização da gestão ultrapassa a adoção de ferramentas tecnológicas, envolvendo também o aperfeiçoamento dos processos de comunicação, orientação e suporte à comunidade acadêmica.

Em conjunto, as experiências apresentadas demonstram que a transformação digital e a modernização administrativa vêm assumindo papel estratégico na consolidação dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica. Mais do que informatizar rotinas, as iniciativas compartilhadas evidenciam o desenvolvimento de modelos de gestão capazes

de fortalecer a governança institucional, qualificar os processos decisórios, ampliar a transparência e produzir condições mais favoráveis para a expansão e o aperfeiçoamento contínuo dos Programas.

5.2 Internacionalização, mobilidade acadêmica e ampliação das oportunidades de formação

A internacionalização, a mobilidade acadêmica e a ampliação das oportunidades de formação constituíram um dos principais eixos das boas práticas compartilhadas pelas instituições participantes. As experiências apresentadas evidenciaram uma compreensão cada vez mais abrangente da formação do estudante pesquisador, incorporando iniciativas voltadas à cooperação científica internacional, ao fortalecimento das competências linguísticas, à inserção em ambientes de inovação, à participação em eventos científicos e à aproximação com diferentes ecossistemas de pesquisa. As discussões também ressaltaram a importância de ampliar a circulação de estudantes e do conhecimento, fortalecendo a inserção dos bolsistas em redes nacionais e internacionais de pesquisa e qualificando sua trajetória acadêmica e profissional.

A materialização dessas estratégias pôde ser observada nas experiências compartilhadas pelas instituições participantes.

Nesse contexto, destacou-se a experiência da **Unesp**, que apresentou sua política institucional de internacionalização da Iniciação Científica por meio do Programa Unesp de Iniciação Científica e Tecnológica no Exterior (ICTEx). O Programa financia integralmente estágios de pesquisa em instituições estrangeiras parceiras, contemplando passagens, auxílio-instalação, seguro-saúde e bolsas custeadas com recursos próprios da Universidade. Mais do que viabilizar experiências de mobilidade acadêmica, o ICTEx institui, de forma permanente, a dimensão internacional na formação do estudante pesquisador, integrando a cooperação científica internacional ao processo formativo da Iniciação Científica e Tecnológica. Desde sua criação, o Programa já proporcionou experiências internacionais a 77 bolsistas do PIBIC e do PIBITI, contemplando 28 instituições parceiras em 22 países.

Também foi apresentada a experiência da **Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP)** com o Programa Pesquisadores do Futuro, desenvolvido há 18 anos. A iniciativa contempla, anualmente, de 15 a 20 estudantes de graduação com estágios internacionais de dois meses em reconhecidas instituições de pesquisa da Europa e dos Estados Unidos, mediante custeio integral de passagens, hospedagem, alimentação e seguros. Entre os critérios de seleção para participação no Programa está a realização prévia de Iniciação Científica em um dos programas institucionais, reforçando o papel da pesquisa como etapa fundamental da formação acadêmica. Na mesma perspectiva de incentivo à formação científica, a instituição mantém, com recursos próprios, um programa anual de financiamento a projetos de pesquisa docentes, conferindo prioridade às propostas que envolvam estudantes de graduação e pós-graduação.

Complementando esse conjunto de iniciativas, a **Universidade Federal Fluminense (UFF)** apresentou ações voltadas ao fortalecimento das condições necessárias para a inserção internacional dos estudantes, por meio do Programa Idiomas sem Fronteiras, ampliando a preparação linguística dos bolsistas para participação em programas de mobilidade acadêmica e cooperação científica internacional. A instituição também destacou a integração do PIBITI com empresas juniores, incubadoras e laboratórios multiusuários, ampliando os ambientes de aprendizagem e aproximando os estudantes de ecossistemas de inovação, empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico. Essas iniciativas evidenciam que a ampliação das oportunidades de formação pode ocorrer tanto pela internacionalização quanto pela diversificação dos espaços institucionais em que os estudantes desenvolvem suas atividades de pesquisa.

As discussões registraram ainda propostas destinadas ao fortalecimento da mobilidade acadêmica e da inserção dos bolsistas em redes colaborativas de pesquisa, incluindo o estímulo à participação em cursos de verão e inverno, estágios de pesquisa nacionais e internacionais, eventos científicos, atividades de cooperação interinstitucional e incentivo à publicação dos resultados das pesquisas. Também foi ressaltada a importância da aproximação entre

universidades, centros de pesquisa e empresas como estratégia para diversificar as experiências formativas dos estudantes e fortalecer sua preparação para atuação científica e tecnológica em diferentes contextos profissionais.

Em conjunto, as experiências compartilhadas demonstram que a internacionalização, a mobilidade acadêmica e a ampliação das oportunidades de formação vêm se consolidando como dimensões estratégicas dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica. Ao integrar experiências internacionais, fortalecer redes de cooperação científica, ampliar os ambientes de aprendizagem e aproximar os estudantes de diferentes ecossistemas de pesquisa e inovação, as instituições promovem uma formação científica mais abrangente, preparando jovens pesquisadores para atuar em contextos cada vez mais colaborativos, interdisciplinares e internacionalizados.

5.3 Inclusão, equidade e formação de recursos humanos

A promoção da inclusão, da diversidade e da equidade constituiu outro eixo de destaque entre as boas práticas compartilhadas pelas instituições participantes. As experiências apresentadas evidenciaram a incorporação de políticas voltadas à ampliação do acesso e da permanência de diferentes grupos sociais na pesquisa, ao fortalecimento das ações afirmativas, ao apoio à parentalidade, à valorização de jovens pesquisadores e à ampliação das possibilidades de atuação de orientadores. As iniciativas demonstram que a gestão da Iniciação Científica vem incorporando, de forma crescente, mecanismos destinados a tornar os Programas mais inclusivos, representativos e socialmente comprometidos.

Nesse contexto, foram apresentadas experiências de fortalecimento das políticas de ações afirmativas, contemplando a reserva de vagas e o incentivo à participação de estudantes pertencentes a grupos historicamente sub-representados na pesquisa, incluindo pessoas negras, indígenas, quilombolas, povos tradicionais, pessoas com deficiência e pessoas trans. As discussões evidenciaram que essas iniciativas vêm sendo acompanhadas por mecanismos institucionais destinados a favorecer a permanência dos

estudantes e ampliar a diversidade nos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica.

Também receberam destaque as políticas voltadas ao apoio à maternidade, à paternidade e à adoção desenvolvidas por diferentes instituições. A **Universidade Federal Fluminense (UFF)** apresentou mecanismos de bonificação para docentes em licença maternidade, paternidade e adoção, enquanto a **Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)** compartilhou experiência semelhante voltada à valorização da parentalidade na trajetória acadêmica. As discussões também registraram iniciativas destinadas à proteção da permanência de estudantes bolsistas durante a maternidade, evidenciando a preocupação das instituições em compatibilizar a formação científica com diferentes momentos da vida acadêmica e familiar.

As experiências compartilhadas contemplaram ainda estratégias destinadas ao fortalecimento da renovação e da ampliação da capacidade institucional de orientação. A **Universidade Federal Fluminense (UFF)** apresentou iniciativas de incentivo à participação de pós-doutorandos como orientadores, contribuindo para a formação de novos pesquisadores e para a ampliação da capacidade institucional de acompanhamento dos bolsistas. O **Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)**, por sua vez, destacou a participação de servidores técnico-administrativos com titulação compatível e de docentes aposentados em atividades de orientação, valorizando competências institucionais consolidadas e ampliando a diversidade de perfis envolvidos na formação científica dos estudantes. Também foram compartilhadas experiências voltadas ao incentivo à participação de jovens doutores em início de carreira, favorecendo sua inserção nas atividades de orientação e pesquisa.

Em conjunto, as experiências apresentadas evidenciam que a inclusão e a diversidade vêm assumindo papel cada vez mais estratégico na gestão dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica. Ao incorporar políticas de ações afirmativas, mecanismos de apoio à parentalidade, estratégias de fortalecimento da permanência estudantil e iniciativas voltadas à

ampliação e diversificação do corpo de orientadores, as instituições reforçam o compromisso com uma formação científica de excelência, socialmente referenciada e alinhada aos princípios da equidade e da democratização do acesso à pesquisa.

5.4 Gestão baseada em evidências e cooperação institucional

A produção, integração e utilização de dados para subsidiar a gestão dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica constituíram outro conjunto de experiências de destaque compartilhadas pelas instituições participantes. As iniciativas apresentadas evidenciaram o fortalecimento de uma cultura de monitoramento contínuo, produção de indicadores e avaliação de resultados, permitindo qualificar o planejamento institucional, orientar a tomada de decisões e ampliar a capacidade das instituições de demonstrar os impactos acadêmicos, científicos e sociais da Iniciação Científica.

Nesse contexto, destacou-se a experiência da **Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)**, que apresentou a estruturação de um núcleo institucional de inteligência de dados voltado ao acompanhamento dos Programas de Iniciação Científica. A iniciativa contempla a integração de diferentes bases institucionais para produção de indicadores relacionados ao perfil dos estudantes, à distribuição das bolsas, aos marcadores socioeconômicos e de gênero, à trajetória acadêmica dos participantes e ao acompanhamento de egressos. A utilização sistemática dessas informações fortalece os processos de planejamento, avaliação e prestação de contas, além de subsidiar o aperfeiçoamento contínuo das políticas institucionais de pesquisa.

Também merece destaque a experiência da **Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**, que desenvolveu um modelo institucional de acompanhamento sistemático de egressos por meio da aplicação de questionário eletrônico aos ex-bolsistas dois a três anos após a conclusão da Iniciação Científica. Incorporado ao termo de compromisso dos estudantes, o instrumento possibilita acompanhar indicadores relacionados à continuidade dos estudos, inserção na pós-graduação, atuação profissional, mobilidade acadêmica, participação em atividades de extensão, monitoria, empresas

juniores, produção científica, registros de propriedade intelectual, premiações e percepção dos egressos sobre os impactos da Iniciação Científica em sua trajetória acadêmica e profissional. A experiência subsidiou o aperfeiçoamento dos Programas institucionais e contribuiu para o reconhecimento da Universidade com o Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq – Categoria Mérito Institucional (2025).

As discussões também ressaltaram a importância da integração entre diferentes sistemas institucionais e da consolidação de indicadores capazes de acompanhar não apenas a execução dos Programas, mas também seus resultados e impactos ao longo do tempo. Nesse sentido, as experiências compartilhadas evidenciam que o acompanhamento de egressos, a produção de indicadores e a inteligência institucional vêm assumindo papel estratégico para o fortalecimento da gestão da Iniciação Científica, respondendo a demandas crescentes por transparência, avaliação e aperfeiçoamento das políticas públicas de fomento à pesquisa.

Em conjunto, as iniciativas apresentadas demonstram uma mudança de perspectiva na gestão dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica. Mais do que administrar processos administrativos, as instituições vêm investindo na produção e utilização sistemática de evidências para orientar decisões, avaliar resultados e demonstrar o impacto da formação científica na trajetória dos estudantes e no desenvolvimento institucional. Essa abordagem fortalece a capacidade de planejamento, amplia a transparência e contribui para a consolidação de políticas de pesquisa cada vez mais fundamentadas em evidências.

5.5 Síntese das experiências compartilhadas

As boas práticas apresentadas pelas instituições da Região Sudeste evidenciam elevado grau de comprometimento institucional com o fortalecimento da Iniciação Científica e Tecnológica. Embora desenvolvidas em contextos distintos, as iniciativas convergem para objetivos comuns: profissionalizar a gestão, ampliar as oportunidades de formação científica, fortalecer a avaliação de mérito, produzir evidências para subsidiar decisões

institucionais, promover inclusão e equidade e intensificar a inserção internacional da pesquisa.

O conjunto dessas experiências demonstra que as instituições participantes vêm desempenhando papel ativo na construção de soluções inovadoras para desafios compartilhados, reafirmando a importância da cooperação interinstitucional como mecanismo de aperfeiçoamento contínuo dos Programas.

Nesse contexto, a Região Sudeste recomenda que o CNPq estimule e fortaleça a criação de espaços permanentes de intercâmbio entre os Representantes Institucionais e Coordenadores dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica, destinados ao compartilhamento de iniciativas inovadoras, boas práticas, soluções operacionais e experiências de gestão. A institucionalização desses espaços poderá favorecer a disseminação e a adaptação de experiências exitosas, respeitadas as especificidades das diferentes instituições, além de fortalecer a cooperação em âmbito nacional e contribuir para o aprimoramento contínuo dos Programas. Em resumo as boas práticas identificadas foram as seguintes:

5.6 Síntese das boas práticas

5.6.1 Inclusão, diversidade e ações afirmativas

- Reserva de bolsas para ações afirmativas;
- Ampliação do período de avaliação curricular para docentes gestantes, puérperas e adotantes;
- Políticas de apoio às mães pesquisadoras;
- Incentivos para pesquisadores em retomada de atividades acadêmicas.

5.6.2 Formação e valorização da pesquisa

- Cursos preparatórios para estudantes ingressantes na iniciação científica;
- Reconhecimento da coorientação;
- Participação de técnicos doutores como orientadores;
- Integração entre eventos de graduação, pós-graduação e extensão.

5.6.3 Internacionalização

- Programas de mobilidade acadêmica;
- Cursos de idiomas e tutoria acadêmica;
- Estratégias de inserção internacional dos estudantes e pesquisadores.

5.6.4 Inovação e empreendedorismo

- Inserção de bolsistas PIBITI em incubadoras e empresas juniores;
- Parcerias com empresas privadas para financiamento de bolsas;
- Incentivo à cultura de inovação e empreendedorismo.

5.6.5 Avaliação e acompanhamento

- Monitoramento institucional de egressos;
- Criação de bancos de avaliadores;
- Auditorias e processos internos de avaliação científica.

5.6.6 Impacto social e sustentabilidade

- Articulação entre universidades, escolas e serviços públicos;
- Projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Integração entre iniciação científica no ensino médio e na graduação.

6 TEMAS ESTRATÉGICOS EMERGENTES

Além das discussões relacionadas à portaria, foram identificados temas emergentes de relevância para a região:

- Uso de Inteligência Artificial nos processos acadêmicos e de gestão;
- Divulgação científica e popularização da ciência;
- Ética em pesquisa;
- Avaliação de impacto dos programas;
- Fortalecimento da articulação entre graduação e pós-graduação;
- Ampliação das estratégias de internacionalização e inovação.

7 RECOMENDAÇÕES DA REGIÃO SUDESTE

Os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Representantes Institucionais e Coordenadores de Iniciação Científica da Região Sudeste demonstraram que a articulação interinstitucional constitui importante estratégia para o fortalecimento da gestão da iniciação científica e tecnológica. Ao longo das reuniões, as instituições compartilharam experiências, soluções operacionais e conhecimentos técnicos relacionados à condução dos programas, em um ambiente marcado pela cooperação, pela confiança e pela construção coletiva. A circulação de boas práticas e de estratégias adotadas em diferentes contextos institucionais evidenciou o potencial do intercâmbio permanente entre as instituições para o aperfeiçoamento das políticas e dos processos de gestão.

Em consonância com o caráter propositivo que orientou a elaboração deste relatório, as reflexões aqui sistematizadas buscam oferecer subsídios para o aperfeiçoamento contínuo da iniciação científica, tanto no âmbito das instituições participantes quanto nos espaços nacionais de formulação e discussão dessa política pública. Nesse sentido, o relatório não se limita ao registro das atividades realizadas, mas reúne contribuições construídas coletivamente que poderão apoiar futuras iniciativas de cooperação e de desenvolvimento institucional.

Entre as perspectivas identificadas pelo grupo destacam-se a realização de fóruns temáticos sobre assuntos estratégicos para a iniciação científica e tecnológica, a constituição de grupos de trabalho destinados ao aprofundamento de temas específicos, o compartilhamento contínuo de referências técnicas, procedimentos operacionais e boas práticas de gestão, o fortalecimento dos canais permanentes de comunicação entre gestores e equipes técnicas e o desenvolvimento de iniciativas de mobilidade acadêmica nacional entre instituições de ensino superior, favorecendo o intercâmbio de estudantes, gestores e experiências institucionais.

As discussões realizadas também evidenciaram a importância de que futuras iniciativas de cooperação sejam concebidas de forma a contemplar a

diversidade de estruturas, capacidades institucionais e modelos de organização existentes entre as universidades brasileiras, favorecendo a participação efetiva de instituições de diferentes portes e níveis de estruturação administrativa. Da mesma forma, ressaltou-se a relevância da manutenção de espaços permanentes de diálogo e intercâmbio, capazes de promover o compartilhamento de experiências, a disseminação de boas práticas e a construção colaborativa de soluções para desafios comuns.

Por fim, as contribuições reunidas neste relatório apontam para a importância de fortalecer mecanismos de cooperação interinstitucional, aperfeiçoar continuamente os processos de gestão dos programas de iniciação científica e ampliar os espaços de interlocução entre as instituições de ensino superior e os diferentes atores envolvidos na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas voltadas à iniciação científica e tecnológica. Espera-se que as reflexões e propostas aqui sistematizadas possam subsidiar futuras discussões e iniciativas em âmbito nacional, contribuindo para o fortalecimento desse ecossistema e para o contínuo aprimoramento da iniciação científica no Brasil.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção deste Relatório Consolidado reafirmou a importância do diálogo interinstitucional como elemento estruturante para o fortalecimento dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq. As discussões realizadas ao longo dos grupos de trabalho, associadas às contribuições encaminhadas por aproximadamente 106 instituições da Região Sudeste, permitiram construir um panorama abrangente dos avanços, desafios e oportunidades relacionados à gestão da Iniciação Científica e Tecnológica no Brasil.

As experiências compartilhadas evidenciaram elevado grau de maturidade institucional dos Programas desenvolvidos na Região Sudeste. A diversidade das boas práticas apresentadas — envolvendo transformação digital, internacionalização, mobilidade acadêmica, ações afirmativas, acompanhamento de egressos, inteligência de dados, fortalecimento da

avaliação e modernização da gestão — demonstra a capacidade das instituições brasileiras de desenvolver soluções inovadoras, produzir conhecimento aplicado à gestão pública e contribuir de forma efetiva para o aperfeiçoamento da política nacional de formação científica e tecnológica.

Nesse contexto, as instituições participantes registram seu reconhecimento à iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de promover a atualização do marco regulatório dos Programas Institucionais por meio da Portaria CNPq nº 2.539, de 2025. As discussões evidenciaram o entendimento de que a nova regulamentação representa um importante avanço para a política nacional de Iniciação Científica e Tecnológica, ao incorporar diretrizes voltadas ao fortalecimento da inclusão, da internacionalização, da inovação, do acompanhamento de egressos, da avaliação institucional e da modernização da gestão dos Programas.

Ao mesmo tempo, a amplitude das mudanças introduzidas pela Portaria naturalmente suscita desafios de interpretação e operacionalização, especialmente em um sistema nacional caracterizado pela diversidade de instituições executoras, com diferentes portes, estruturas administrativas e vocações acadêmicas. Nesse cenário, as discussões realizadas pela Região Sudeste evidenciaram que a implementação da nova regulamentação poderá ser significativamente fortalecida mediante a continuidade do diálogo técnico entre o CNPq, os Representantes Institucionais de Iniciação Científica, os Comitês Externos e as instituições participantes, favorecendo a construção compartilhada de entendimentos, a disseminação de boas práticas e o aperfeiçoamento contínuo dos Programas.

Mais do que identificar desafios, este Relatório demonstra que as instituições participantes compartilham um propósito comum: contribuir ativamente para o fortalecimento do ecossistema nacional de Iniciação Científica e Tecnológica, reconhecendo-o como política pública estratégica para a formação de recursos humanos altamente qualificados, para o desenvolvimento da pesquisa, da inovação e da competitividade científica do País. A disposição das instituições em compartilhar experiências, construir

soluções coletivamente e apoiar o aperfeiçoamento permanente dos Programas reafirma a solidez da rede de cooperação constituída entre os Representantes Institucionais e o CNPq ao longo das últimas décadas.

Por fim, a Região Sudeste registra seu agradecimento às instituições participantes, aos Representantes Institucionais de Iniciação Científica (RICs), aos coordenadores dos Programas Institucionais, aos coordenadores dos grupos de trabalho e a todos os colaboradores que contribuíram para a realização das reuniões e para a elaboração deste Relatório. As instituições reiteram sua disposição em continuar colaborando com o CNPq na consolidação das diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 2.539/2025 e no aperfeiçoamento contínuo da política nacional de Iniciação Científica e Tecnológica. Nesse espírito de cooperação, aguardam com expectativa a continuidade desse processo durante o encontro nacional dos Representantes Institucionais, a ser realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), entendendo que esse será um espaço privilegiado para aprofundar os debates iniciados nas coordenações regionais e construir, de forma colaborativa, os próximos passos para o fortalecimento dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq.

ANEXO I - INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DOS TRABALHOS DA REGIÃO SUDESTE

Nome da Instituição Participante	Sigla da Instituição
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	CTI RENATO ARCHER
Centro de Tecnologia Mineral	CETEM
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza	CEETEPS
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	CEFET-RJ
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET-MG
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	CNPEM
Centro Univ Nossa Sra do Patrocínio	CEUNSP
Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente	TOLEDO PRUDENTE
Centro Universitário Central Paulista	UNICEP
Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos	Unifio
Centro Universitário de Adamantina	UNIFAI
Centro Universitário de Volta Redonda	UniFOA
Centro Universitário do Sul de Minas	FEPESMIG Unis
Centro Universitário FECAP	FECAP
Centro Universitário Herminio Ometto de Araras	UNIARARAS
Centro Universitário Municipal de Franca	Uni-FACEF
Centro Universitário Sagrado Coração	UNISAGRADO
Centro Universitário Senac	SENAC/SP
Claretiano Centro Universitário	Claretiano/BAT
Colégio Pedro II	CP II

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	CNEN
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	EPAMIG
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória	EMESCAM
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo	FCMSCSP
Faculdade de Medicina de Campos	FMC
Faculdade de Medicina de Jundiaí	FMJ
Faculdade de Medicina de Marília	FAMEMA
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	FAMERP
Faculdade de Medicina do ABC	FMABC
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia	FAJE
Fundação Antonio Prudente - A.C.Camargo Cancer Center	FAP
Fundação Casa de Rui Barbosa	FCRB
FUNDACAO EDUCACIONAL INACIANA PADRE SABOIA DE MEDEIROS	FEI
Fundação Ezequiel Dias	FUNED
Fundação Getúlio Vargas	FGV
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ
Instituto Agrônomo de Campinas	IAC
Instituto Biológico	IB
Instituto Butantan	IBU
Instituto de Aeronáutica e Espaço	IAE
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	IP/JBRJ
Instituto de Tecnologia de Alimentos	ITAL

Instituto de Zootecnia do Governo do Estado de São Paulo	IZ
Instituto e Centro de Pesquisas São Leopoldo Mandic	SLMandic
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	IFSULDEMINAS
Instituto Federal de São Paulo	IFSP
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	IF SUDESTE MG
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	IFTM
Instituto Federal Fluminense	IFF
Instituto Federal Minas Gerais	IFMG
Instituto Nacional de Educação de Surdos	INES
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	INPE
Instituto Nacional de Tecnologia	INT
Instituto Nacional de Telecomunicações	INATEL
Instituto Tecnológico de Aeronáutica	ITA
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST
Observatório Nacional	ON
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC
Universidade Anhanguera de São Paulo	UNIAN/SP
Universidade Anhembi Morumbi	UAM
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL
Universidade de Araraquara	UNIARA

Universidade de Franca	UNIFRAN
Universidade de Marília	UNIMAR
Universidade de Mogi das Cruzes	UMC
Universidade de Ribeirão Preto	UNAERP
Universidade de Santo Amaro	UNISA
Universidade de São Paulo	USP
Universidade de Sorocaba	UNISO
Universidade de Taubaté	UNITAU
Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ
Universidade do Grande Rio	UNIGRANRIO
Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP
Universidade do Vale do Sapucaí	UNIVÁS
Universidade Estácio de Sá	UNESA
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL/MG
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF
Universidade Federal de Lavras	UFLA
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP

Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP
Universidade Federal de Uberlândia	UFU
Universidade Federal de Viçosa	UFV
Universidade Federal do ABC	UFABC
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK	UFVJM
Universidade Federal Fluminense	UFF
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ
Universidade Metodista de São Paulo	UMESP
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	USCS
Universidade Paulista	UNIP
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE
Universidade São Francisco	USF
Universidade Veiga de Almeida	UVA/RJ

ANEXO II - RELATÓRIO CONSOLIDADO DA REGIÃO SUDESTE

ATA DA 1ª REUNIÃO DE COORDENAÇÃO DAS ICTs – CNPq REGIÃO SUDESTE

Data: 03 de junho de 2026

Horário: 14h30 às 18h00

Formato: Reunião virtual

Coordenação Região Sudeste: Prof. Reginaldo Barboza da Silva (Unesp)

Vice-coordenação Região Sudeste: Prof. Wagner Ricardo Montor (FCMSCSP)

Secretária: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos

1. Abertura

O Prof. Reginaldo Barboza da Silva deu início à reunião agradecendo a participação das instituições da Região Sudeste e destacando o caráter colaborativo do trabalho. Informou que a Unesp e a Santa Casa foram designadas para coordenar os trabalhos regionais relacionados à discussão da política de Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq, especificamente da nova Portaria CNPq nº 2.539/2025.

Foi ressaltado que o objetivo do processo é construir coletivamente contribuições da Região Sudeste para subsidiar os debates nacionais previstos para os dias 10 e 11 de agosto, na PUC-SP.

2. Objetivos da Reunião

Foram apresentados os objetivos da etapa regional:

- Levantar percepções sobre os impactos e desafios da implementação da nova portaria do CNPq;
- Identificar oportunidades de aprimoramento dos instrumentos de gestão e avaliação dos programas;
- Construir um posicionamento coletivo da Região Sudeste;
- Elaborar um documento consolidado a ser discutido na etapa nacional.

3. Panorama da participação no preenchimento do formulário

O formulário foi dividido nas seguintes categorias de perguntas:

- Governança, acompanhamento e avaliação institucional;
- Seleção e avaliação;
- Requisitos, elegibilidade e operacionalização dos Programas; e
- Pontos de destaque não contemplados no formulário (opção em que cada instituição tinha possibilidade de descrever outras situações).

Quanto ao perfil/informação das instituições, foi destacado que:

- Das 130 instituições participantes do programa de bolsas de iniciação científica, que compõem o universo da Região Sudeste, **87 instituições** responderam ao primeiro formulário enviado pela Coordenação;
- As respostas contemplaram instituições públicas federais, estaduais, municipais e privadas;
- 50 instituições são do estado de São Paulo;
- 18 instituições são do estado do Rio de Janeiro;
- 17 instituições são do estado de Minas Gerais;
- 2 instituições são do estado do Espírito Santo.

Entre as respostas, destacaram-se os seguintes pontos de atenção:

- Exigência de que o Representante Institucional do CNPq (RIC) seja ocupante de cargo de Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação ou equivalente;
- Composição, atribuições e renovação do Comitê Externo, incluindo a participação de pesquisadores PQ e DT;
- Acompanhamento da trajetória acadêmica e profissional dos egressos;
- Mecanismos institucionais de avaliação dos programas;
- Participação de estudantes EaD e orientação híbrida/remota;
- Bolsistas MEI e sócios cotistas minoritários;
- Seguro-saúde e responsabilidades institucionais associadas;
- Prorrogação de bolsas por maternidade, paternidade ou força maior;
- Articulação da iniciação científica e tecnológica com as políticas institucionais de pesquisa e pós-graduação;
- Atualização de registros e operacionalização da PICC e do CADI;
- Implementação das diretrizes relacionadas à inovação, empreendedorismo e propriedade intelectual no PIBITI;

- Adequação das exigências da portaria a instituições que não possuem programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- Requisitos quanto à produção científica dos orientadores (últimos cinco anos);
- Participação de estudantes em apresentações orais em outros idiomas.

Por outro lado, foram identificados os seguintes pontos, neste caso, com baixo grau de problematização pelas instituições:

- Participação de pesquisadores visitantes nos programas;
- Participação de pesquisadores aposentados na orientação;
- Participação de estudantes externos à instituição;
- Realização de eventos institucionais de iniciação científica e tecnológica;
- Divulgação institucional dos resultados dos programas;
- Possibilidade de participação de professores da educação básica no PIBIC-EM;
- Participação de estudantes de ações afirmativas e manutenção das políticas de inclusão;
- Vedações relativas ao parentesco entre orientador e bolsista;
- Vedação à divisão de bolsas entre estudantes;
- Ampliação ou manutenção de programas institucionais com recursos próprios.

4. Cronograma

Ficou definido o seguinte cronograma:

- **03/06/2026** – 1ª reunião regional;
- **17/06/2026** – 2ª reunião regional;
- **15/07/2026** (data posteriormente alterada para **22/06/2026**) – 3ª reunião para consolidação das propostas e validação do documento regional;
- **10 e 11 de agosto de 2026** – 8ª Reunião de Representantes de Iniciação Científica (RIC) e dos(as) Coordenadores(as) dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica (PUC/SP).

5. Organização dos Grupos de Trabalho

Os participantes foram divididos em quatro grupos temáticos e cada um teve 1 hora e meia, das 15h às 16h30, para discutirem as questões referentes à Portaria CNPq nº 2.539/2025:

Grupo 1 – Gestão Institucional e Desenvolvimento dos Programas

Coordenação: UFMG

Temas a serem debatidos:

- Articulação dos programas com a política institucional de pesquisa e pós-graduação;
- Representante de Iniciação Científica (RIC);
- Registros na Plataforma Integrada Carlos Chagas (PICC) e no Cadastro de Informações Institucionais (CADI);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI): inovação, empreendedorismo e propriedade intelectual;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM): parcerias com escolas e participação de professores da educação básica.

Descrição (sugestão para discussão): Este grupo discutirá os dispositivos relacionados à gestão institucional dos programas de iniciação científica e tecnológica, incluindo a articulação com as políticas institucionais de pesquisa e pós-graduação, as responsabilidades da instituição na execução dos programas e a implementação das modalidades PIBITI e PIBIC-EM.

Síntese das respostas do formulário (base para discussão): As respostas evidenciaram preocupações relacionadas à adequação das estruturas institucionais às novas exigências da Portaria. Destacou-se, em especial, a obrigatoriedade de que o Representante de Iniciação Científica (RIC) ocupe cargo de Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação ou equivalente, apontada como um desafio por instituições que adotam modelos organizacionais distintos ou que não possuem programas de pós-graduação *stricto sensu*. Também foram registradas manifestações sobre a necessidade de atualização de registros institucionais na PICC e no CADI, bem como dúvidas quanto à implementação das novas diretrizes do PIBITI e do PIBIC-EM, especialmente no que se refere à inovação, empreendedorismo, propriedade intelectual, parcerias com escolas e participação de professores da educação básica.

Grupo 2 – Comitês e Processo de Seleção

Coordenação: UFF

Temas a serem debatidos:

- Processo seletivo;
- Atuação do Comitê Institucional e do Comitê Externo;
- Participação de pesquisadores PQ e DT;
- Reuniões entre Comitê Institucional e Comitê Externo;
- Substituição mínima de 25% dos consultores externos;
- Relatório consolidado do Comitê Externo.

Descrição (sugestão para discussão): Este grupo discutiu a viabilidade operacional dos dispositivos relacionados aos comitês, especialmente a composição, renovação e papel do Comitê Externo nos processos de seleção e avaliação.

Síntese das respostas do formulário (base para discussão): As respostas evidenciaram preocupações quanto à operacionalização das novas exigências relacionadas ao Comitê Externo, especialmente a substituição mínima de 25% de seus membros a cada ciclo e a priorização de pesquisadores bolsistas PQ e DT em sua composição. Também foram registradas dúvidas sobre a participação do Comitê Externo nos processos seletivos e sobre a elaboração e encaminhamento do relatório consolidado de avaliação dos programas ao CNPq.

Grupo 3 – Avaliação, Acompanhamento e Resultados dos Programas

Coordenação: Unicamp e Fiocruz

Temas a serem debatidos:

- Avaliação institucional;
- Relatórios;
- Acompanhamento de egressos;
- Indicadores de desempenho.

Descrição (sugestão para discussão): Este grupo discutirá as exigências da Portaria relacionadas ao acompanhamento e à avaliação dos programas, especialmente o monitoramento de egressos, os indicadores de resultado e os

mecanismos institucionais necessários para atender às novas atribuições previstas pelo CNPq.

Síntese das respostas do formulário (base para discussão):

As respostas indicam que o acompanhamento de egressos é amplamente reconhecido como uma iniciativa relevante, porém ainda pouco estruturada na maior parte das instituições. Também foram registrados questionamentos sobre a viabilidade de implementação dos mecanismos de monitoramento previstos na Portaria, os indicadores a serem utilizados e o esforço institucional necessário para produzir informações capazes de demonstrar os resultados e impactos dos programas.

Grupo 4 – Orientadores, Bolsistas e Condução das Pesquisas

Coordenação: PUC-SP

Temas a serem debatidos:

- Orientação acadêmica;
- Bolsistas;
- Mobilidade acadêmica;
- Prorrogação de bolsas;
- Internacionalização.

Descrição (sugestão para discussão): Este grupo discutirá os dispositivos que afetam diretamente a elegibilidade, permanência, acompanhamento e formação dos bolsistas, bem como as condições para desenvolvimento das atividades de pesquisa.

Síntese das respostas do formulário (base para discussão): Este foi o eixo que concentrou o maior número de dúvidas operacionais. Destacaram-se as discussões sobre participação de estudantes EaD, registros formais de orientação híbrida ou remota, prorrogação de bolsas, compatibilidade entre bolsa e estágio, fiscalização das condições previstas para bolsistas MEI, acúmulo com auxílios de permanência e mobilidade acadêmica, oferta de seguro-saúde e a viabilidade da exigência de apresentação oral em outros idiomas.

6. Principais Contribuições dos Grupos

No retorno dos grupos à sala principal, cada coordenador do grupo de trabalho teve até 10 minutos para relatar as discussões e 5 minutos para abertura de questionamentos pelos demais.

Grupo 1 - Gestão Institucional e desenvolvimento dos Programas

Entre as principais discussões destacaram-se:

- Necessidade de flexibilizar a exigência de vinculação dos programas à pós-graduação, considerando instituições sem programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- Defesa da manutenção da autonomia institucional para indicação do RIC, podendo ser doutor, que tenha bolsa PQ/DT ou não, mas que possa ser ou o pró-reitor de pesquisa e de pós-graduação ou um representante indicado pela instituição. Considerar também a realidade das instituições que não tem a estrutura de pró-reitorias;
- Solicitação de acesso operacional adicional aos sistemas para apoio administrativo, a partir da possibilidade de indicar outros membros para assessorar a atribuição de bolsas;
- Revisão dos instrumentos/relatórios utilizados no PIBIC-EM, quanto a menção de escolas que potencialmente serão atendidas, o que pode gerar uma expectativa que pode não ser atendida;
- Discussão sobre a possibilidade de inclusão de estudantes de instituições privadas no contexto de bolsas do PIBIC-EM. Esse debate se deu diante da situação em que a IES é particular e, apesar de terem estudantes de ensino médio particular, os(as) docentes acabam por ter de indicar estudantes de fora da IES.

Observação: Discussões sobre o PIBITI não foram realizadas devido ao tempo.

Grupo 2 – Comitês e Processo de Seleção

Foram apontadas:

- Dificuldades para composição e renovação dos comitês externos, bem como a possibilidade dos 25% como regra de substituição dos membros ser preferencial ao invés de obrigatória;
- Baixa disponibilidade de pesquisadores PQ e DT para participação nas avaliações bem como de docentes/pesquisadores em uma determinada

área de conhecimento, por exemplo, na área de letras, linguística e artes, agrárias, entre outras. Sugestão de um instrumento que favoreça/estime a participação dos PQs/DTs para as IES com maior dificuldade;

- Necessidade de atualização dos formulários utilizados pelo CNPq para avaliação feita pelo avaliador externo;
- Sugestão de maior integração regional entre instituições, bem como de comunicação institucional para ter o intercâmbio de PQs e a possibilidade de fazer um evento da iniciação científica com mais de uma IES como organizadoras;
- Propostas de melhorias tecnológicas na plataforma CNPq, como exemplo da troca do login do CADl pelo gov.br, diante da possibilidade de ter ferramentas, funcionalidades modernas para entrar na plataforma e um espaço para manifestação das IES com fins de fornecer um *feedback* das vantagens e desvantagens/dificuldades enfrentadas.

Grupo 3 – Avaliação, Acompanhamento e Resultados dos Programas

Foram debatidos:

- Necessidade de clareza quanto ao papel do comitê externo, pois para cada IES tem funcionado de formas diferentes;
- Dificuldades operacionais dos sistemas de avaliação, quanto ao acesso aos formulários pelos membros do comitê externo, em que o do PIBITI permanece em formato word;
- Falta de retorno institucional sobre relatórios enviados ao CNPq pela própria IES e pelos membros do comitê externo. O *feedback* seria importante para ter conhecimento das questões que podem impactar a concessão de novas bolsas para a IES;
- Necessidade de mecanismos nacionais para acompanhamento de egressos, como a integração com outros órgãos que pudessem trazer informações desses egressos;
- Padronização dos processos avaliativos e dos ciclos de avaliação.

Grupo 4 – Orientadores, Bolsistas e Condução das Pesquisas

O grupo discutiu temas relacionados a:

- Dificuldade de apresentações da pesquisa em língua estrangeira. Nesse ponto, algumas IES incentivam pelo menos a apresentação oral em

inglês, enquanto os slides e/ou resumos permanecem em português. Embora não exista, explicitamente, uma política de implementação de apresentações orais em outros idiomas, sobretudo o inglês. Ademais, essa situação pressupõe que a plateia compreenda o que está sendo dito;

- Quanto à produção científica dos orientadores nos últimos cinco anos, foi discutido se esse poderia ser estabelecido o tempo mínimo de três anos, pois um prazo de cinco anos pode levar a um menor senso de urgência por parte do docente, já que ele sabe que dispõe de todo esse período para ser avaliado. Por outro lado, outras IES abordaram que, a depender da área do conhecimento o tempo de publicação é maior, em torno de até dois anos para ter um artigo aceito;
- Sobre o plano de trabalho do estudante, foi debatido o quanto o plano de atividades seria valorizado em relação ao resumo do projeto de pesquisa do orientador;
- Orientação híbrida, presencial e remota. Dado que as atividades são muito permeadas pela tecnologia, é possível a interação ora presencial ora virtual. Foi relatado que várias IES já adotam a modalidade de orientação à distância, incluindo o acompanhamento, a avaliação e os instrumentos para documentar esse processo;
- Prorrogação de bolsas em situações específicas, como maternidade ou força maior, foi uma medida que teve consenso pelo grupo. No entanto, durante a abertura para debate, foi questionada a implicação financeira para a IES na prorrogação da bolsa bem como a forma de envio dos documentos comprobatórios ao CNPq e, como, na plataforma, seria feita essa operacionalização;
- Bolsistas MEI e sócio cotistas minoritários. Esse ponto revelou dúvidas quanto a maneira que o estudante comprovaria que não possui remuneração e/ou qual seria o formato dessa declaração;
- Acúmulo com bolsas assistenciais, foi uma medida que teve consenso pelo grupo. No entanto, durante a abertura para debates, foi questionada a possibilidade de acúmulo com bolsas/auxílios que não tem caráter assistencial, mas que estão vinculados a programas de bolsas voltados para estudantes indígenas ou de ações afirmativas;

- Quanto à mobilidade acadêmica nacional e internacional, houve consenso sobre essa questão.

7. Encaminhamentos

Ficou deliberado que:

- Os grupos continuarão os debates e o amadurecimento dos documentos até a segunda reunião;
- Os coordenadores dos grupos organizarão a comunicação com os participantes e consolidarão as contribuições recebidas;
- A Coordenação disponibilizará contatos e documentos de apoio em drive compartilhado;
- O formulário permanecerá aberto por período adicional para instituições que ainda desejarem contribuir;
- As propostas consolidadas serão debatidas na reunião de 17/06 e posteriormente integradas ao documento regional final.

8. Encerramento

Ao final, o Coordenador e Vice-Coordenador agradeceram a participação das instituições e destacaram a riqueza das discussões realizadas, ressaltando a importância da construção coletiva de contribuições para o fortalecimento das políticas de iniciação científica e tecnológica do CNPq.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Rubia Fernanda Panegassi dos Santos

Secretária da Reunião

Prof. Reginaldo Barboza da Silva

Coordenador Regional Sudeste

Coordenador de Iniciação Científica e Tecnológica da Unesp

Pró-Reitoria de Pesquisa – Unesp

Alexandra Tulani Lourenço de Barros

Rubia Fernanda Panegassi dos Santos

Equipe Técnica

Prof. Wagner Ricardo Montor

Vice-Coordenador Regional Sudeste – ICT/CNPq

Pró-reitor de Pesquisa e Desenvolvimento

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP)

Alexander Santos

Paola Mezalira

Equipe Técnica

ANEXO III - RELATÓRIO CONSOLIDADO DA REGIÃO SUDESTE
ATA DA 2ª REUNIÃO DE RICs E COORDENADORES DOS PROGRAMAS
INSTITUCIONAIS DE ICT DA REGIÃO SUDESTE

Data: 17 de junho de 2026

Horário: 14h00 às 17h00

Modalidade: Reunião virtual

Coordenação Região Sudeste: Prof. Reginaldo Barboza da Silva (Unesp)

Vice-coordenação Região Sudeste: Prof. Wagner Ricardo Montor (FCMSCSP)

Secretária: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos

1. Abertura

O Prof. Reginaldo Barboza da Silva deu início à reunião agradecendo a participação das instituições da Região Sudeste e contextualizando o processo de diálogo regional promovido pelo CNPq. Informou que este foi o segundo de três encontros previstos, cujo objetivo é consolidar contribuições das instituições para elaboração de documento regional a ser apresentado na 8ª Reunião de Representantes de Iniciação Científica (RIC) e dos(as) Coordenadores(as) dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica CNPq.

Foi ressaltada a expectativa do CNPq quanto à apresentação de boas práticas institucionais e ao compartilhamento de experiências exitosas desenvolvidas pelas IES da região.

2. Informes Gerais

Foram apresentados os encaminhamentos dos encontros anteriores e o cronograma de trabalho, incluindo:

- Consolidação das contribuições regionais;
- Discussão de boas práticas institucionais;
- Debate sobre atuação dos Comitês Externos;
- Apresentação de informações relativas ao formulário socioeconômico;

- Preparação do documento final da Região Sudeste para apreciação na reunião de 15 de julho (alterada para 22 de julho).

Também foi informado que, até 16 de junho, 21 instituições haviam respondido ao formulário sobre boas práticas institucionais. Os temas mais recorrentes identificados foram:

- Gestão administrativa dos programas PIBIC/PIBITI;
- Articulação entre graduação e pós-graduação;
- Ética em pesquisa;
- Ações afirmativas na ICT;
- Divulgação científica e popularização da ciência;
- Inovação e empreendedorismo;
- Avaliação de resultados e impactos dos programas;
- Internacionalização;
- Acompanhamento de egressos;
- Uso de Inteligência Artificial e tecnologias digitais.

3. Atuação do Comitê Externo

O prof. Reginaldo informou que, para o 2º ciclo de concessão de bolsas vigentes, permanecem em vigor os procedimentos atuais de atuação do Comitê Externo, conforme diretrizes disponibilizadas no manual disponível no Google Drive ( CNPq Região Sudeste) e no portal oficial do CNPq ([Formulários e Orientações](#)).

Destacou ainda que a COPAD está em fase de elaboração de novos formulários de avaliação destinados aos Comitês Externos. A iniciativa tem como objetivos otimizar o acesso e o envio dos formulários pelos membros dos comitês, aperfeiçoar os questionamentos utilizados no processo de avaliação e possibilitar a disponibilização dos questionários concluídos às Instituições de Ensino Superior (IES).

Foi esclarecido que o novo formulário deverá ser preenchido por apenas um membro de cada Comitê Externo, com a assinatura dos demais integrantes.

Por fim, foi reforçada a orientação para que as reuniões regionais promovam discussões sobre a atuação dos Comitês Externos, abordando dificuldades enfrentadas pelas IES e eventuais propostas de aprimoramento dos processos de seleção e avaliação.

4. Trabalho em Grupos – Boas Práticas Institucionais

Os participantes foram divididos em quatro grupos, os mesmos definidos na reunião anterior, para discutir as boas práticas adotadas pelas instituições.

Grupo 1 – Coordenação: UFMG

Entre as boas práticas apresentadas destacaram-se:

- Ampliação do período de avaliação curricular da produção científica de docentes gestantes, puérperas e adotantes nos processos seletivos;
- Critérios de seleção que consideraram:
 - o mérito do estudante e do projeto;
 - o a participação de docentes em programas de pós-graduação;
 - o docentes que tenham bolsa de produtividade em pesquisa;
 - o docentes que tenham sido avaliadores dos programas de IC (com relação ao critério para pontuar docentes que foram avaliadores, esse ponto revelou-se importante principalmente para as IES com dificuldades de captar avaliadores internos e externos).
- Cursos preparatórios para estudantes ingressantes na Iniciação Científica;
- Estratégias para constituição de bancos de avaliadores;

Propostas não implementadas que surgiram nas discussões do grupo:

- Proposta de cooperação interinstitucional para compartilhamento/permuta de avaliadores externos.

Grupo 2 – Coordenação: UFF

Entre as boas práticas apresentadas destacaram-se:

- Implementação de ações afirmativas nos programas de bolsas;
- Editais integrados envolvendo a concessão de bolsas dos programas PIBIC, PIBITI e PROEx (bolsas de extensão), como forma de compensar a falta de bolsas do CNPq e da contrapartida da instituição;
- Bolsas reservadas para jovens doutores e pesquisadores em fase de retomada da atividade científica, afastados por algum motivo;
- Ampliação do período de avaliação curricular da produção científica de docentes gestantes, puérperas e adotantes nos processos seletivos;
- Reserva de bolsas para pesquisas que tenham como objetivo de estudo os estudantes egressos da IES;

- Participação de técnicos doutores como orientadores;
- Ações de internacionalização por meio de cursos de idiomas e tutoria acadêmica;
- Captação de estudantes bolsistas do PIBIC para atuarem em laboratórios multiusuários;
- Captação de estudantes bolsistas do PIBITI para atuarem em incubadoras e empresas juniores;
- Estabelecimento de parcerias entre a IES e indústrias e empresas privadas com fins de conseguir bolsas de iniciação científica ou tecnológica..

Grupo 3 – Coordenação: UNICAMP e FIOCRUZ

Entre as boas práticas apresentadas destacaram-se:

- Fortalecimento das ações afirmativas;
- Editais integrados envolvendo a concessão de bolsas dos programas PIBIC, PIBITI e PROEx (bolsas de extensão), como forma de compensar a falta de bolsas do CNPq e da contrapartida da instituição;
- Reconhecimento e estímulo à coorientação;
- Incentivos para recém-doutores e docentes e pesquisadores recém-contratados com alguma pontuação a mais ou reserva de cotas;
- Monitoramento de egressos;
- Políticas institucionais voltadas às mães pesquisadoras, incluindo também as docentes mães que possuem filhos na creche ou em idade pré-escolar;
- Integração do evento da Iniciação Científica com eventos de pós-graduação e extensão para aumentar a visibilidade das pesquisas, bem como estimular o contato dos bolsistas com estudantes de outras áreas;
- Programas de mobilidade internacional;
- Apoio financeiro para participação em eventos e publicação de trabalhos também como reembolso para taxas de inscrição de eventos;
- Estimular a inclusão de estudantes da modalidade EaD em atividades de iniciação científica;

- Simplificação de processos seletivos para pesquisadores já vinculados a programas consolidados de estímulo à pesquisa.

Grupo 4 – Coordenação: PUC-SP

Entre as boas práticas apresentadas destacaram-se:

- Alinhamento e mapeamento dos projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030;
- Organização interdisciplinar dos eventos de Iniciação Científica;
- Estratégias de acompanhamento de egressos;
- Integração entre Iniciação Científica no Ensino Médio e na Graduação quanto à divulgação da pesquisa e compartilhamento de experiências;
- Articulação entre universidades, escolas e serviços públicos de saúde para divulgação científica e impacto social das pesquisas, como exemplo de utilizar o programa “Afirma SUS”.

4. Discussão sobre o Comitê Externo

A Coordenação informou que o CNPq está elaborando novo modelo de formulário e de atuação para os Comitês Externos. O novo formato deverá:

- Permitir melhor acesso aos formulários respondidos;
- Disponibilizar às instituições os pareceres consolidados;
- Adotar documento único elaborado por representante do Comitê Externo e validado pelos demais membros.

Durante a discussão, foram apresentadas preocupações quanto:

- Dificuldade de recrutamento de avaliadores externos;
- Ao aumento da carga de trabalho dos docentes, que pode ser um empecilho para participação dos membros dos comitês;
- Diversidade de realidades institucionais entre ICTs de diferentes portes;
- Viabilidade de acompanhamento presencial dos eventos de Iniciação Científica em instituições com câmpus descentralizados;
- Foram relatadas experiências institucionais de auditoria e acompanhamento realizadas por comitês externos, bem como a utilização de comitês científicos internos para apoiar os processos de avaliação.

5. Formulário Socioeconômico

Foi informado que o formulário socioeconômico encontra-se em processo de reformulação pelo CNPq, visando aperfeiçoar a coleta de dados dos bolsistas.

Esclareceu-se que:

- O modelo atual permanecerá em vigor durante o ciclo vigente (2024-2027);
- A nova versão deverá ser implementada em futuras chamadas (2027-2030);
- As instituições poderão encaminhar sugestões, críticas e contribuições diretamente ao CNPq por meio dos canais disponibilizados pela COPAD.

6. Encaminhamentos

Ficou definido que:

- Os grupos deverão consolidar seus documentos com as contribuições das duas primeiras reuniões;
- Cada grupo deverá indicar e destacar boas práticas consideradas mais relevantes;
- A coordenação e vice-coordenação regional elaborarão uma versão consolidada do documento da Região Sudeste;
- O documento será apreciado na próxima reunião, agendada para **15 de julho de 2026 (alterada para 22 de julho de 2026)**.

7. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, o coordenador e vice-coordenador agradeceram a participação de todos os representantes das instituições e encerraram a reunião às 17h, destacando a importância da colaboração regional na construção das propostas que serão encaminhadas ao CNPq

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Rubia Fernanda Panegassi dos Santos

Secretária da Reunião

Prof. Reginaldo Barboza da Silva

Coordenador Regional Sudeste

Coordenador de Iniciação Científica e Tecnológica da Unesp

Pró-Reitoria de Pesquisa – Unesp

Alexandra Tulani Lourenço de Barros

Rubia Fernanda Panegassi dos Santos

Equipe Técnica

Prof. Wagner Ricardo Montor

Vice-Coordenador Regional Sudeste – ICT/CNPq

Pró-reitor de Pesquisa e Desenvolvimento

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP)

Alexander Santos

Paola Mezalira

Equipe Técnica

ANEXO IV - RELATÓRIO CONSOLIDADO DA REGIÃO SUDESTE

ATA DA 3ª REUNIÃO DE COORDENAÇÃO DAS ICTs – CNPq REGIÃO SUDESTE

Data: 22 de julho de 2026

Horário: 14h30 às 15h30

Formato: Reunião virtual

Coordenação Região Sudeste: Prof. Reginaldo Barboza da Silva (Unesp)

Vice-coordenação Região Sudeste: Prof. Wagner Ricardo Montor (FCMSCSP)

Secretária: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos

1. Abertura

O Prof. Reginaldo Barboza da Silva iniciou a reunião contextualizando o processo de trabalho desenvolvido ao longo dos encontros regionais. Recordou que a metodologia previamente estabelecida foi cumprida conforme planejado, envolvendo a realização de reuniões temáticas, divisão dos participantes em grupos de trabalho, utilização de formulários para coleta de contribuições institucionais e consolidação dos debates por meio de relatórios elaborados pelos relatores dos grupos.

Destacou e agradeceu o trabalho dos coordenadores e relatores dos grupos temáticos, bem como das instituições que participaram das discussões complementares realizadas entre as reuniões.

2. Apresentação do Relatório Consolidado Regional

Foi apresentado o documento consolidado elaborado pela equipe técnica da Unesp e da FCMSCSP, construído a partir dos relatórios produzidos pelos grupos de trabalho e das discussões ocorridas durante o processo regional.

O Coordenador esclareceu que o documento não se trata de uma reprodução integral dos relatórios dos grupos, mas de uma sistematização dos principais pontos considerados relevantes para subsidiar a discussão nacional. Informou

ainda que o material foi previamente compartilhado com os relatores e lideranças dos grupos para leitura e sugestões de ajustes.

Assim, foi informado que o documento recebeu revisão técnica para correção de siglas, nomenclaturas institucionais e aspectos redacionais, que serão anexadas ao relatório final as atas das reuniões realizadas e que todas as instituições participantes são consideradas signatárias do documento, que representará a contribuição coletiva da Região Sudeste.

3. Metodologia de Aprovação do Documento

O Prof. Reginaldo propôs que a apreciação do relatório ocorresse por meio da apresentação de destaques, permitindo que os participantes apontassem sugestões de alteração ou complementação nos trechos considerados necessários.

A proposta foi acolhida pelos participantes, sem objeções, sendo considerada a forma mais adequada para conduzir a apreciação do documento de maneira dinâmica e participativa.

O Prof. Wagner Montor reforçou que o relatório representa uma importante síntese dos consensos construídos na região, mas que as manifestações presenciais dos representantes da Região Sudeste durante a reunião nacional dos dias 10 e 11 de agosto também serão fundamentais para dar visibilidade às contribuições regionais.

4. Discussão dos Capítulos do Relatório

A coordenação realizou a leitura orientada dos principais capítulos do documento, abrindo espaço para manifestações dos participantes.

4.1. Metodologia

Foi apresentada a descrição metodológica do processo de construção do relatório, contemplando:

- Aplicação de formulário institucional;
- Organização dos grupos temáticos;

- Realização das reuniões regionais;
- Consolidação das contribuições regionais.

Não houve solicitações de alteração relevantes neste item.

4.2. *Participação Institucional e Diagnóstico Inicial*

Foi destacado que todos os materiais produzidos durante o processo encontram-se disponíveis em drive compartilhado, incluindo:

- Formulários;
- Atas;
- Relatórios dos grupos;
- Documentos de trabalho;
- Relação das instituições participantes.

O objetivo do capítulo é demonstrar que as contribuições apresentadas resultam de ampla consulta institucional e de um processo estruturado de escuta e diagnóstico.

4.3. *Discussões sobre a Implementação da Portaria CNPq nº 2.539/2025*

Foram analisados os quatro eixos temáticos discutidos pelos grupos de trabalho. Sendo que, nas questões abordadas pelo Grupo 1 – Gestão Institucional e Desenvolvimento dos Programas, não foram apresentados destaques ou solicitações de alteração ao texto consolidado, bem como no Grupo 2 – Comitê Externo e Processo de Seleção e no Grupo 3 – Avaliação, Acompanhamento e Resultados dos Programas também não foram apresentadas sugestões de modificação. Já nas questões abordadas pelo Grupo 4 – Orientadores, Bolsistas e Condução das Pesquisas, a Luciana Neves, representante da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), solicitou maior detalhamento do trecho relacionado à prorrogação de bolsas em situações de maternidade, paternidade, adoção e saúde.

A participante destacou a necessidade de esclarecer:

- Os impactos operacionais da prorrogação das bolsas;

- A forma de execução financeira da medida;
- As implicações para os ciclos de concessão de bolsas das instituições;
- As responsabilidades institucionais decorrentes da implementação da medida.

A coordenação acolheu a sugestão e solicitou o envio de uma proposta de redação para avaliação e eventual incorporação ao texto final.

5. Boas Práticas Institucionais

Foi realizada a apreciação do capítulo referente às boas práticas institucionais identificadas durante os trabalhos.

Destacaram-se experiências relacionadas a:

- Modernização da gestão;
- Transformação digital;
- Internacionalização;
- Mobilidade acadêmica;
- Inclusão e equidade;
- Formação de recursos humanos;
- Gestão baseada em evidências;
- Cooperação institucional.

O Prof. Reginaldo compartilhou a experiência da Unesp na utilização de sistemas automatizados para extração e organização de dados acadêmicos de estudantes e orientadores a partir da Plataforma Lattes, ressaltando o potencial dessa iniciativa para qualificar os processos de gestão da iniciação científica.

Foi sugerido que experiências dessa natureza possam futuramente subsidiar discussões junto ao CNPq sobre o aprimoramento de ferramentas tecnológicas de gestão e acompanhamento dos programas.

6. Temas Estratégicos

Foi apresentada a síntese dos temas estratégicos identificados pelos grupos de trabalho:

- Uso de inteligência artificial nos processos acadêmicos e de gestão;
- Divulgação científica e popularização da ciência;
- Ética em pesquisa;
- Avaliação de impacto dos programas;
- Integração entre graduação e pós-graduação;
- Internacionalização;
- Inovação.

Não houve solicitações de alteração.

7. Recomendações da Região Sudeste

A coordenação apresentou a seção de recomendações finais produzida a partir da consolidação dos debates e esclareceu que o documento aprovado representará oficialmente a contribuição regional, ademais novas reflexões ou propostas que surjam posteriormente poderão ser discutidas e defendidas durante a etapa nacional e que as sugestões enviadas após a aprovação não serão incorporadas ao relatório, mas poderão subsidiar as manifestações dos representantes da região.

8. Ajustes de Identificação Institucional

Foram realizados apontamentos relativos a:

- Inclusão e conferência de instituições participantes;
- Correção de siglas institucionais;
- Atualização de nomenclaturas institucionais.

A coordenação orientou que todas as correções fossem encaminhadas por e-mail à equipe técnica para atualização da versão final do documento.

9. Aprovação do Relatório Regional

Após a apreciação dos capítulos e considerando os apontamentos realizados durante a reunião, os participantes aprovaram o Relatório Consolidado da Região Sudeste, com a incorporação das correções pontuais de grafia, siglas institucionais e do ajuste relacionado à prorrogação de bolsas.

Foi registrado que o documento final será encaminhado ao CNPq após a conclusão dos ajustes técnicos.

10. Encerramento

Antes do encerramento, o Prof. Reginaldo Barboza da Silva agradeceu o trabalho conjunto desenvolvido pelas instituições da Região Sudeste, destacando especialmente a atuação da equipe técnica da Unesp e da FCMSCSP.

Também foram registrados agradecimentos às equipes técnicas representadas por:

- Alexandra Tulani Oranian Lourenço de Barros;
- Rubia Fernanda Panegassi dos Santos;
- Paola Rossi Mezalira;
- Alexander dos Santos.

O Prof. Wagner Montor reforçou a importância da colaboração interinstitucional construída ao longo do processo e destacou que a experiência demonstrou o potencial da articulação permanente entre as instituições da Região Sudeste, especialmente para troca de experiências, cooperação em avaliações e fortalecimento da iniciação científica.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Rubia Fernanda Panegassi dos Santos

Secretária da Reunião

Prof. Reginaldo Barboza da Silva

Coordenador Regional Sudeste

Coordenador de Iniciação Científica e Tecnológica da Unesp

Pró-Reitoria de Pesquisa – Unesp

Alexandra Tulani Lourenço de Barros

Rubia Fernanda Panegassi dos Santos

Equipe Técnica

Prof. Wagner Ricardo Montor

Vice-Coordenador Regional Sudeste

Pró-reitor de Pesquisa e Desenvolvimento

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP)

Alexander dos Santos

Paola Rossi Mezalira

Equipe Técnica

